

A RADICALIDADE DA TEORIA CRÍTICA, SEUS REFLEXOS NO GRUPO KRISIS E NAS FORMULAÇÕES DE PAULO ARANTES

THE RADICALISM OF CRITICAL THEORY, ITS REFLECTIONS ON THE KRISIS GROUP AND ON PAULO ARANTES' FORMULATIONS

Rodrigo Campos Vieira Lima *

Resumo

Este artigo discorre sobre aspectos fundamentais da crítica radical ao sistema produtor de mercadorias feita pela primeira geração da escola de Frankfurt, notadamente por Adorno, Horkheimer e Benjamin. Sua finalidade é investigar a relação entre a crítica negativa proposta pela primeira geração, que não visava uma alteração parcial, por meio do Estado ou de outro agente institucional, no sentido de reformar a sociedade moderna e seus reflexos nas teorias do grupo Krisis e nas formulações de Paulo Arantes. Para tal, analisaremos aspectos fundamentais dessa crítica, cotejando aspectos históricos decisivos para seu relativo apagamento e ressurgimento. Uma de nossas conclusões é que a crítica radical tornaria a primeira geração de Frankfurt alvo de críticas e de isolamento político por parte das forças que tentaram tanto a via de reformas sociais quanto as tentativas de socialismos de Estado ao longo do século XX. Entretanto, com a crise instaurada pós-anos 1970, cada vez mais a teoria crítica proposta retornou ao centro das análises sobre o caráter essencialmente destrutivo e totalizante do sistema com repercussões mesmo nas formulações teóricas no Brasil contemporâneo.

Palavras-chave: teoria crítica; modernização e crise; Escola de Frankfurt; crise estrutural.

Abstract

This article discusses fundamental aspects of the radical criticism of the commodity production system made by the first generation of the Frankfurt school, notably by Adorno, Horkheimer and Benjamin. The purpose of the article is to investigate the relationship between the negative criticism proposed by the first generation, which did not aim at a partial change, through the State or another institutional agent, in the sense of reforming modern society. And its reflections in the theories of the Krisis group and in the formulations of Paulo Arantes. To this aim, we will analyze fundamental aspects of this criticism, comparing it with historical aspects that are decisive for its relative disappearance and resurgence. One of our conclusions is that the radical critique would make the first generation of Frankfurt the target of criticism and political isolation by the forces that tried both the path of social reforms and the attempts of State socialism throughout the 20th century. However, with the post-1970s crisis, the proposed critical theory increasingly returned to the center of analysis on the essentially destructive and totalizing character of the system, with repercussions on theoretical formulations in contemporary Brazil.

Keywords: critical theory; modernization and crisis; Frankfurt School; structural crisis.

* Mestre em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Brasil. E-mail: rodris.vieira@gmail.com.



Introdução

O presente trabalho busca apontar alguns aspectos da crítica formulada pela primeira geração de teóricos da Escola de Frankfurt. Essencialmente buscamos apresentar a radicalidade e o modo inconciliável com que essa crítica aborda a sociedade produtora de mercadorias. Sua radicalidade é apontada também como fator de certa secundarização no imediato pós Segunda Guerra Mundial por parte das formulações teóricas tradicionais que, de distintos modos, compactuaram com o processo modernizador do desenvolvimento capitalista. Com isso, não poderiam abranger os parâmetros de uma crítica negativa, tal como foi proposta, especialmente por Adorno. Com o desenvolvimento da crise que se abateu sobre a estrutura capitalista pós-1970 e o retorno sistemático das mais profundas contradições sociais sobre o conjunto dos países, mesmo com o aumento de ganhos significativos por parte dos principais capitais, há um retorno das formulações da crítica radical como parâmetro de diversos grupos de militantes e de teóricos já nos anos 1980, que cada vez mais se inspiravam nos escritos da citada primeira geração.

Como dois exemplos dessa repercussão da teoria crítica, articulada com a crise estrutural que se abateu na sociedade pós-1970, apresentaremos algumas formulações do grupo Krisis, como a concepção do “colapso da modernização” (KURZ, 1991), e de Paulo Arantes, em suas formulações sobre a guerra total (ARANTES, 2014), que, pensamos, dão continuidade à senda aberta pelos primeiros frankfurtianos em sua crítica radical.

A radicalidade da Crítica proposta pela primeira geração de Frankfurt

É uma característica específica da crítica social promovida pela chamada primeira geração da Escola de Frankfurt (em especial, a crítica promovida por Theodor Adorno, Max Horkheimer e Walter Benjamin) a intransigência com relação às formas políticas e sociais promovidas pela sociedade produtora de mercadorias. Mesmo quando sob o controle do socialismo de Estado, no caso das experiências revolucionárias da primeira metade do século XX, ou no caso do Estado de Bem-Estar, pós Segunda Guerra Mundial, o fato de ambas as formas se assentarem na produção ubíqua de mercadorias e terem como nexos sociais fundamentais a acumulação de capital as tornava objeto de uma profunda



crítica negativa por parte desses autores. Esta especificidade tornou a teoria social promovida por eles, em um só momento, um desafeto por parte de liberais, sociais-democratas e de socialistas.

A principal razão se vincula à crítica radical e intransigente do conjunto das formações político-sociais promovidas pelo desenvolvimento histórico da sociedade burguesa, produtora de mercadorias e, em especial, produtora de seres humanos enquanto mercadoria. A relação mercantil universal expressaria, segundo Adorno e Horkheimer, uma forma de planificação e controle ubíquo, típico da sociedade burguesa, em que tanto as relações objetivas quanto subjetivas estavam alienadas das pessoas, reificando-as (ADORNO; HORKHEIMER, 2006).

O controle típico da sociedade produtora de mercadorias, entretanto, não poderia ser resumido à mera expressão de classe, de um controle de um agrupamento social sobre outro. A forma impessoal do controle social típica do tempo histórico capitalista se apresenta, na leitura dos autores citados, como expressão do próprio Iluminismo como filosofia autêntica do tempo histórico capitalista ou, de outro modo, da sociedade produtora de mercadorias. Essa impessoalidade do controle se basearia em uma profunda transformação, fundada na racionalidade, no modo de apreender e de reproduzir a realidade social na transformação da existência humana e natural em mera quantidade e extensão.

Até mesmo as manifestações estéticas de tendências políticas opostas entoam o mesmo louvor do ritmo de aço. Os decorativos prédios administrativos e os centros de exposição industriais mal se distinguem nos países autoritários e nos demais países. Os edifícios monumentais e luminosos que se elevam por toda parte são os sinais exteriores do engenhoso planejamento das corporações internacionais, para o qual já se precipitava a livre-iniciativa dos empresários, cujos monumentos são os sombrios prédios residenciais e comerciais de nossas desoladoras cidades. [...] Mas os projetos de urbanização que, em pequenos apartamentos higiênicos, destinam-se a perpetuar o indivíduo como se ele fosse independente, submetem-no ainda mais profundamente a seu adversário, o poder absoluto do capital. (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 100)

Há um paralelo nesta compreensão com a formulação marxiana sobre as categorias econômicas, como *daseinform* — formas da existência — e, em especial, na transformação social pressuposta na consolidação do trabalho social produtor de valor. A raiz da racionalidade se ancora nos pressupostos sociais necessários da produção mercantil capitalista que permita uma equiparação universal das mais variadas atividades



humanas e que, portanto, busca equalizar universalmente as relações sociais — colocadas sob a base de equivalentes —, racionalizando o conjunto da experiência humana, quantificando-a. Essa pulsão neurótica de controle e padronização está na raiz da lógica da produção capitalista e se expressa em uma dialética do chamado Iluminismo ou do Esclarecimento. A mesma pulsão racionalista que permitiu a crítica (teórico e prática) do sistema social anterior à modernidade, crítica que buscava a libertação das amarras históricas dessa sociedade anterior, tornou-se também paulatinamente uma amarra própria da sociedade moderna.

A radicalidade da crítica apresentada contrastava com o esforço teórico por parte de sociais-democratas e intelectuais vinculados aos partidos comunistas oficiais na medida em que ambos concebiam, cada qual ao seu modo, o progresso da acumulação capitalista como a principal agenda para a realização dos próprios interesses. Para os sociais-democratas, com o período pós Segunda Grande Guerra Mundial, abria-se a possibilidade de um ciclo virtuoso em que tanto o capital quanto os trabalhadores poderiam alcançar maiores participações na riqueza social produzida. Para os partidos comunistas, o desenvolvimento das forças produtivas, lido como acumulação de capital centralizado pelo Estado, era a única possibilidade de aumentar a riqueza social e o controle político de suas sociedades. Ambos se alinhavam com a tendência geral da acumulação e a tratavam como uma segunda natureza, como uma forma “natural” de se produzir. Essa reificação das formas de (re)produzir a existência era justamente o que a primeira geração da Escola de Frankfurt estava criticando:

O pensamento crítico, que não se detém nem mesmo diante do progresso, exige hoje que se tome partido pelos últimos resíduos de liberdade, pelas tendências ainda existentes a uma humanidade real, ainda que pareçam impotentes em face da grande marcha da história. O desenvolvimento que diagnosticamos neste livro em direção à integração total está suspenso, mas não interrompido; ele ameaça se completar através de ditaduras e guerras. (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 7)

Walter Benjamin, neste mesmo sentido de crítica radical das formas de existência sob a sociedade produtora de mercadorias, também constatou que o progresso material sob as relações capitalistas se transformou em uma barbarização dos indivíduos, em uma barbárie de tipo novo, moderna. O esfacelamento e a fragmentação contínua das relações



e mesmo dos indivíduos, sob o progresso capitalista, empobrece a experiência social e a subjetividade na mesma medida em que acresce a produtividade social geral.

Quem ainda encontra pessoas que saibam contar histórias como devem ser contadas? Por acaso os moribundos de hoje ainda dizem palavras tão duráveis que possam ser transmitidas de geração em geração como se fossem um anel? A quem ajuda, hoje em dia, um provérbio? Quem sequer tentará lidar com a juventude invocando sua experiência? [...] Uma miséria totalmente nova se abateu sobre o homem com esse desenvolvimento monstruoso da técnica. E o reverso dessa miséria é a sufocante riqueza de ideias que se difundiu entre as pessoas ou, melhor ainda; se abateu sobre elas — ao se reavivar a astrologia e a sabedoria da ioga, a *Christian Science* e a quiromancia, o vegetarianismo e a gnose, a escolástica e o espiritismo. [...] Pois qual o valor de todo o nosso patrimônio cultural, se a experiência não o vincula a nós? A horrível mixórdia de estilos e cosmovisões do século passado nos mostrou tão claramente onde conduzem a simulação ou a imitação da experiência, que é hoje em dia uma prova de honradez confessar nossa pobreza. Sim, admitamos: essa pobreza de experiências não é uma pobreza particular, mas uma pobreza de toda a humanidade. Trata-se de uma espécie de nova barbárie. (BENJAMIN, 1986, p. 196)

Esta “espécie de nova barbárie” já não era fruto de um passado que insistia em se manter, ou de um futuro socialista que não se completava. Era, antes, a efetivação do próprio processo modernizador que atropelava as perspectivas anteriores e constituía uma nova experiência coletiva. As múltiplas transformações que ocorriam alteravam radicalmente a subjetividade em todos os rincões do globo, fossem eles capitalistas ou de inspiração socialista. O paradoxo de que cada polo, a seu modo, defendia programas de modernização industrializante, de desenvolvimento da sociedade produtora de mercadorias, efetivou-se, e com isso construiu uma nova gama de problemas e respostas sociais que não se enquadraram nos metros anteriores. Suas linhas *mestras*, porém, se mantinham intocadas. O trabalho, a produtividade, o mercado, o controle institucional crescente sobre os indivíduos, as máquinas e a modernidade continuavam como o eixo e a razão do progresso. O futuro era inescapável, porém, segundo Benjamin, já não era “desejável”, era uma fatalidade:

Pobreza de experiência: isso não quer dizer que os homens aspirem a uma nova experiência. Não, eles almejam libertar-se de toda experiência, aspiram a um mundo em que eles possam fazer valer tão pura e claramente a sua pobreza, externa e interna, que disso resulte algo decente. Nem sempre eles são ignorantes ou inexperientes. Muitas vezes podemos afirmar o contrário: “Devoram” tudo isso, a “cultura” e o “homem”, e estão supersaturados e exaustos. (BENJAMIN, 1986, p. 198, grifo do autor)



A realidade *maquinal* que a modernização colocava em movimento, em sua transubstancialização de *intenção* em *ato*, gerava um tipo novo de alienação, uma certa alienação coletiva total em que a *pobreza de experiência* passava a ser o padrão comum de socialização. A *técnica* e a *máquina* passavam a ditar as regras e a ordem da coletividade, restando o *frágil corpo humano* como seu apêndice. A modernização se realizava ampliando a alienação do humano ao capital em seu processo incessante de valorização. Os famosos elogios de Lênin ao fordismo se transformaram em tragédia para os trabalhadores da União Soviética, cada vez mais alienados do controle e decisão sobre os rumos de sua própria história. A acumulação do capital se fortalecia como parâmetro político da *emancipação* revolucionária. A crise econômica do entreguerras fortalecia a perspectiva *gerencialista* das organizações sociais-democratas e trabalhistas nestas nações, desgastando-as como potenciais transformadoras revolucionárias. O surgimento do fascismo como rebento indesejado da modernização, em certa medida, alimentou-se dessa impossibilidade de as organizações dos trabalhadores assumirem suas tarefas revolucionárias. Sem perspectiva de ruptura à esquerda, a extrema direita passou a se inscrever com cada vez mais força como porta voz das *mudanças necessárias* para sair do atoleiro econômico em que se encontravam a Alemanha e a Itália.

Este produto autêntico da modernização, o nazifascismo, foi analisado por Benjamin. A hiperinflação, as experiências e a subjetividade destruídas, a ausência de uma perspectiva emancipatória revolucionária e a solidificação da perspectiva do *socialismo em um só país* comprimiram os horizontes dos trabalhadores alemães da década de 30:

Ficamos pobres. Fomos entregando, peça por peça, o patrimônio da humanidade, muitas vezes tivemos que empenhá-lo por um centésimo de seu valor, para receber em troca a moeda miúda do "atual". Diante da porta está a crise econômica e atrás dela, uma sombra: a próxima guerra. A tenacidade é hoje um privilégio de um pequeno grupo de poderosos que, Deus sabe, não são mais humanos que a grande maioria; geralmente, são mais bárbaros, mas não no bom sentido. Os demais têm que se virar, partindo do zero e do pouco. Eles são solidários aos homens que optaram pelo radicalmente novo, com lucidez e capacidade de renúncia. Em suas construções, seus quadros, suas narrativas, a humanidade se prepara para sobreviver, se for preciso, à cultura. E o mais importante: ela o faz rindo. Talvez esse riso, aqui e ali, pareça coisa de bárbaro. Ótimo. Contanto que o indivíduo entregue um pouco de sua humanidade àquela multidão que um dia o recompensará, com juro e com os juro dos juro. (BENJAMIN, 1986, p. 198)

É importante atentar que essa nova espécie de barbárie, moderna, não se reduz ou se identifica imediatamente às experiências fascistas e nazistas europeias. Ela se relaciona com essas experiências na medida em que são frutos de um processo de modernização. Mas também se espraia sobre as outras formas políticas sociais surgidas — tais como a social-democracia europeia, o social liberalismo estadunidense, o socialismo de Estado na Eurásia e nos países periféricos etc. Essa dimensão radical e totalizante da crítica às formas sociais capitalistas é o que difere os teóricos da primeira geração da Escola de Frankfurt das outras críticas que surgiram. E é também essa característica que será retomada em escolas inspiradas por esses autores, como o Grupo Krisis e a Crítica do Valor-Dissociação.

Especificamente sobre o Estado de Bem-Estar, é clara a crítica de Adorno e Horkheimer sobre a reificação do progresso material promovido pela sociedade capitalista, em que o próprio humano é cada vez mais subsumido à lógica da mercadoria. O desenvolvimento subordinado dos indivíduos às necessidades postas pela acumulação tornava paulatinamente obsoleto os primeiros com relação à própria lógica autonomizada de (re)produção social.

De fato, o que se desenvolve atualmente é uma espécie de Estado de bem-estar social em grande escala. Para afirmar sua própria posição, as pessoas conservam em movimento a economia na qual, graças à técnica extremamente desenvolvida, as massas do próprio país já são, em princípio, supérfluas enquanto produtoras. Os trabalhadores, que são na verdade aqueles que proveem a alimentação dos demais, são alimentados, como quer a ilusão ideológica, pelos chefes econômicos, que são na verdade os alimentados. A posição do indivíduo torna-se assim precária. No liberalismo, o pobre era tido como preguiçoso, hoje ele é automaticamente suspeito. O lugar de quem não é objeto da assistência externa de ninguém é o campo de concentração, ou pelo menos o inferno do trabalho mais humilde e dos *slums*. (ADORNO HORKHEIMER, 2006, p. 125)

O interregno aberto no pós Segunda Guerra Mundial permitiu — ao longo de duas décadas e meia em que, mesmo polarizada entre as formas de se modernizar dos inúmeros países — que o conjunto dos países centrais e uma gama crescente de países periféricos pudessem acelerar seus processos de modernização e consolidar um novo arranjo internacional do trabalho, com mercados nacionais e taxas de acumulação crescentes. Durante essas duas décadas e meia, a crítica radical foi secundarizada no debate dos inúmeros partidos e movimentos sociais de contestação da ordem capitalista. Porém, com



a instauração de uma profunda e permanente crise social aberta entre fins dos anos 1960 e início dos 1970, a formulação teórica sobre os limites e a impossibilidade de se mediar e controlar a sociedade produtora de mercadorias — portanto com a necessária crítica radical de suplantar essa forma social totalizante —, paulatinamente retornou ao debate e às formulações presentes em movimentos de contestação e de crítica (teórica e prática) da ordem capitalista.

Veremos agora um pouco sobre como essa crítica fora retomada — mesmo como inspiração — para formulações e interpretações sobre o momento histórico capitalista pós-crise dos anos de 1970.

Grupo Krisis e a relações com a teoria crítica

Entre o final dos anos de 1960 e meados dos 1970, alguns teóricos marxistas dos países centrais, como Paul Baran e Paul Sweezy (1972); Ernest Mandel (1990), dentre outros, logo perceberam que a crise inaugurada não se reduzia às suas formas cíclicas anteriores. A crise que se abria deveria ser entendida como uma crise estrutural do desenvolvimento histórico capitalista. Obviamente, isto não implicava, nessas interpretações, um momento final do processo histórico capitalista, mas sim que, uma vez ativados certos limites estruturais desse desenvolvimento, o conjunto de contradições permanentemente repostas se ampliaria. Esses limites estruturais colocariam em xeque os parcos, curtos e bastante restritos em termos globais, pactos políticos sociais em que as classes trabalhadoras dos países centrais puderam efetivamente aumentar a sua parcela da riqueza apropriada, como no caso do social liberalismo estadunidense, da social-democracia europeia e do socialismo de Estado de tipo soviético.

Como alertaram Adorno e Horkheimer, a possível integração total da ordem prometia se concretizar por meio de ditaduras e guerras (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 7). A crise que se abateu sobre os pactos políticos sociais dos principais países minou, em partes, a capacidade heurística das interpretações tradicionais que naturalizavam as formas mercantis das relações sociais como momento fundamental de qualquer política de desenvolvimento e de suposta melhora material na existência dos subalternos. Nos anos de 1980, novas leituras e interpretações críticas com relação às abordagens tradicionais se voltaram para a crítica negativa, radical, realizada pelos



teóricos da primeira geração de Frankfurt. Dentre outros, o grupo Krisis fez uma apropriação peculiar da teoria crítica. Este grupo é uma associação de teóricos e militantes marxistas fundada em Nuremberg, na Alemanha, em 1986, com o intuito de desenvolver uma crítica própria ao capitalismo e ao que eles denominaram de marxismo tradicional. Entre os mais reconhecidos estão Norbert Trenkle, Ernest Lohoff, Roswitha Scholz e Robert Kurz. Dentre os muitos pontos originais que foram formulados por essa escola, podemos apresentar como certa linha mestra a inevitável a tendência ao colapso que a crise social aberta pós anos 1970 colocou em movimento. A concepção de que a modernização é expressão autêntica da lógica da acumulação, que historicamente teve seu apogeu no período de crescimento do pós segunda Guerra Mundial, e fora replicada indistintamente por todos os principais países produtores, foi apresentada por Robert Kurz (1991) em seu livro *Colapso da modernização*. A dimensão patriarcal da estrutura social capitalista foi apresentada por Roswitha Scholz (1992) — no texto *O valor é o homem* —, destacando seus nexos internos mais profundos, cuja gênese do valor-trabalho é mostrada como lógica universal de constante e crescente dissociação das dimensões de produção e reprodução da existência, bem como uma constante e crescente dissociação entre os indivíduos. E mesmo a dimensão apresentada, porém não de toda desenvolvida por Marx sobre a inevitável crise absoluta da produção de valor, justamente pela contínua e crescente expulsão da força de trabalho a cada nova rodada de revolução tecnológica, foi explorada e debatida por esses teóricos.

Kurz, especificamente, retoma o fio apontado por Adorno do processo de integração total que ameaçava se completar por ditaduras e guerras, e o analisa sob a chave de um longo processo de modernização capitalista, buscando compreender os modos pelos quais as formas democráticas se vinculam a essa integração total. Kurz denomina as formas democráticas instauradas pelo processo de modernização capitalista de democracias de mercado (KURZ, 2020). Sob o jugo de um sistema total, a democracia se institui a partir do *fetichismo* moderno, do qual falava Marx, e retomado por Kurz. Na medida em que a modernização (e sua crise) se impõe, a democracia se apresenta como o horizonte de realização da política de esquerda, bem como das respectivas demandas que as lutas sociais colocam ao Estado, encobrindo o caráter eminentemente destrutivo dessa forma social e sua profunda crise:



A democracia, assim, de acordo com a sua lógica, não é um discurso emancipado de indivíduos socialmente autoconscientes sobre a produção e o uso da riqueza social, mas apenas idolatria coletiva, de servos do fetiche social inconsciente, cujo discurso tem natureza apenas litúrgica, ou seja, se refere tão somente ao modo de execução de critérios sistêmicos cegos. A democracia não é o oposto do capitalismo, e sim a maneira pela qual o “povo” organizado de modo capitalista se “autodoma” segundo critérios capitalistas, com fúria cega e autodestrutiva. (KURZ, 2020, p. 56, grifo do autor)

Essa forma total de integração para Kurz, entretanto, deve ser balizada com aquilo que ele denomina de crise da modernização ou crise da produção do valor. Assim como os outros autores já citados, para Kurz a crise que se abateu sobre o desenvolvimento capitalista na virada dos anos de 1970 é estrutural e se relaciona de modo profundo com a contínua contradição do sistema capitalista, em que, ao aumentar sua produtividade, com suas recorrentes revoluções tecnológicas, torna cada vez mais exígua a fonte de novo valor. Sinteticamente, em certa altura de seu desenvolvimento, o capitalismo alcança tamanha produtividade que passa a diminuir a massa total de novo valor produzido, justamente por diminuir a quantidade de trabalhadores em cada setor produtivo. Isto se enlaça com a dimensão crescente da massa dos capitais que precisam se valorizar. Aumenta, portanto, a necessidade de valorização e, ao mesmo tempo, diminui a quantidade de novo trabalho envolvido na produção, restando uma massa de trabalhadores cada vez mais precarizados e cada vez mais presos na lógica bárbara da competição para alcançar *algum trabalho* para ser feito. A isso, pode ser ainda acrescentada a qualidade cada vez mais vinculada à realização das mercadorias (setores de serviço, comércio, logística etc.) dos trabalhos abertos a esses trabalhadores. Junto disso, o gigantismo dos capitais em busca de continuar sua valorização impõe processos de acumulação cada vez mais fictícios, como um dinheiro sem valor (KURZ, 2014) e, com isso, prenunciam o colapso da própria modernização.

Assim como os autores da primeira geração de Frankfurt não se furtaram a criticar o modo pelo qual muitos dos movimentos que visavam a contestação da ordem acabavam por reproduzir os parâmetros da razão como dominação, os integrantes do grupo Krisis também fizeram, a seu modo, uma leitura na qual os movimentos históricos de contestação serviram como móveis do processo de modernização da sociedade produtora de mercadorias. Nessa medida, contribuíram para reforçar a mesma ordem que supostamente buscavam negar. Entretanto a crise da modernização gerou novos impasses



e obriga permanentemente que estes movimentos de contestação, herdeiros do chamado marxismo tradicional, recolorem-se no debate e na ação política. Agora não mais para completar a modernização, mas para tentar salvá-la de seu colapso iminente.

A vinculação do marxismo tradicional (KURZ, 2020) ao processo de modernização nos ajuda a compreender a dificuldade de muitas organizações de contestação em compreender, por exemplo, as recentes revoltas populares que pululam ao redor do globo. Desde o endividamento universal (do Estado, das empresas, dos trabalhadores e das famílias) (STREECK, 2018) até às constantes rodadas de austeridade, passando pelo desemprego estrutural e a instauração de uma pragmática empreendedora popular (GAGO, 2018), todos esses aspectos estruturantes de nosso cotidiano em permanente instabilidade são manifestações de uma crise incontornável do sistema de valorização do valor e, portanto, da modernização. Se a ampliação absurda de sua forma fictícia é um produto típico da crise de acumulação real do valor, por outro lado, a instabilidade social crônica também o é. É essa estrutura social instável é a base material mais coerente com o turbulento movimento de ebulição de bolhas especulativas e seus colapsos, demonstrando uma sincronicidade entre a ampliação da ficcionalização do valor e as revoltas populares (KURZ, 2014). Pensamos que a imanência das organizações fundamentadas no marxismo tradicional expressa a inércia e o eco das formas-mercadorias presentes nos indivíduos, que regem a sua existência pelos parâmetros do sistema capitalista como um sujeito automático, pressuposto como segunda natureza. E os apelos para salvar a modernização de seu colapso parecem ocorrer no afã de manter a unidade necessária para que o sistema continue sua rota, ainda que continuamente esbarrando nas condições abertas e claras de sua crise categorial.

Há um claro espelhamento entre a crítica radical proposta pelos autores da primeira geração de Frankfurt — em que todas as formações político-sociais da sociedade produtora de mercadorias são negativamente apresentadas¹ — e a crítica elaborada pelo

¹ Considerando a observação que foi feita por um dos pareceristas (avaliadores externos designados pela Caos), sobre a caracterização que faço da teoria de Benjamin como crítica negativa e em total oposição ao sistema produtor de mercadorias, cabe uma nota sobre a questão. O texto sobre *A obra de arte na era da reprodutibilidade técnica* (BENJAMIN, 1985) é um caso específico, no qual há certo otimismo com a lógica da produção de mercadoria, entretanto, a maioria das suas formulações, em especial as que tratam de um modo crítico a experiência soviética, portanto, posteriores a esse texto, são de uma radicalidade total e não trazem mais elogios ao desenvolvimento das forças produtivas.



grupo Krisis. No Brasil, alguns teóricos também foram decisivamente influenciados pelos escritos da crítica radical, como veremos a seguir.

Paulo Arantes como leitor da teoria crítica

Assim como o grupo Krisis, as formulações da primeira geração de Frankfurt influenciaram inúmeros autores e intelectuais brasileiros. Desde Roberto Schwarz (2014), com sua crítica literária, até Paulo Arantes, passando por Francisco Oliveira (2006) e Michel Löwy (2005). Foram inúmeros os impactos que as formulações da primeira geração de frankfurtianos tiveram sobre a intelectualidade brasileira.

Em especial, Paulo Arantes, que em suas formulações sobre o tempo histórico em que vivemos, aponta para uma incontornável crise da modernização. Essa crise, assim como no apontamento de Adorno, tenderia a se completar em um terrível processo de guerras e ampliação das formas de controle e administração de pessoas por parte da ordem em crise. As constantes transformações na distribuição da riqueza e a instabilidade social crescente após os anos de 1970 forjaram um tempo de *expectativas decrescentes* nos sujeitos assujeitados pelo sistema produtor de mercadorias (ARANTES, 2014). Esse modo de adequar as expectativas às condições cada vez mais rebaixadas de existência dos indivíduos também reflete (e é um reflexo) da modernização em crise, na medida em que ela não se apresenta mais como um futuro possível, mas, antes e em sentido inverso, como um constante rebaixamento do que foi efetivado (como projeto modernizador) e uma completa desfiguração ante o que foi inicialmente idealizado como modernização.

Por outro lado, para Arantes (2007), no caso brasileiro, a crise da modernização deslocou os agentes da contestação da ordem para uma condição de gestores das crescentes contradições sociais implicadas nessa mesma crise, tornando-os reféns da administração de uma sociedade em colapso. Esse sinal invertido (da contestação à administração) também completa o quadro geral de integração total anunciado na *Dialética do esclarecimento*, na medida em que todos os fatores de *saída* da ordem se transformam em seu contrário.

O governo Lula [de 2002-2008], por fim e ao cabo da construção desse *mundo perfeito da ideologia brasileira*, selou a suspensão final das tensões e problematizações econômicas e políticas, como se *de fato elas não existissem*,



dando a contribuição de estabilidade social à direita que as classes conservadoras brasileiras jamais conseguiriam por si mesmas [...], destruindo definitivamente a força política real de adensamento histórico e crítico que um dia o PT representou na política brasileira. Foi, acredito, a algo semelhante nessa ordem geral de violências em que estamos instalados hoje, plenamente legitimadas pelo poder e pelo mercado, que Pier Paolo Pasolini chamou, ao fim de sua vida, de um mundo contemporâneo de *fascismo de consumo*. (ARANTES, 2010, p. 192, grifo do autor)

No caso específico da sociedade brasileira, com suas profundas fissuras histórico-genéticas que, todavia, equilibram-se sob o controle de um Estado em permanente guerra de extermínio contra as frações mais pauperizadas da sociedade produtora de mercadorias (seus sujeitos monetários sem dinheiro), Arantes (2004) afirma que ela se tornou modelo paradigmático para outros países (mesmo centrais) em que a acelerada produção de fissuras e abismos sociais criavam instabilidades políticas, e que buscavam se manter sob a forma de uma democracia de mercado. As condições de subcidadania típicas do Brasil — historicamente enraizadas — não apenas não contradiziam a forma democrática de mercado como apresentavam possibilidades de avançar de modo controlado/administrado no esgarçamento das condições sociais de existência das frações mais pauperizadas em outros países. Essa “fratura brasileira do mundo” (ARANTES, 2004) corrobora com o processo de integração total da ordem do capital em seu momento de crise.

O oxímoro político-jurídico brasileiro, “caracterizado pela ampla latitude liberal-constitucional em que se movem as classes confortáveis” (ARANTES, 2010, p. 216), combina-se com sua outra face, barbarizante para a maioria absoluta da população:

Voltada para a ralé, que o recuo da maré ditatorial deixou na praia da ordem econômica que ela destravou de vez [e] se distingue pela intensificação de um tratamento paternalista-punitivo. [...] De volta ao foco no bloco civil-militar de 1964 que não se desfez — menos por uma compulsão atávica das corporações militares do que por inépcia das elites civis na gestão da fratura nacional, consolidada por uma transição infundável, sem periodicamente entrar em pânico diante de qualquer manifestação mais assertiva de desobediência civil [...] —, a democracia meramente eleitoral que resvalamos [...] se perpetua girando em falso, círculo vicioso alimentado pela ansiedade das camadas proprietárias, pois ainda não estão plenamente convencidas, como nunca estarão, de que o tratamento de choque da ditadura apagou até a memória de que um dia houve inconformismo de verdade no país. (ARANTES, 2010, p. 216)

Essa combinação monstruosa, com ampla e assegurada existência e modo de vida às *classes confortáveis* e naturalizada em sua contínua e permanente barbarização das classes subalternas, com direito ao *apagamento* assegurado da *memória de qualquer*



verdadeiro inconformismo, remete-nos às asserções de Benjamin sobre a barbárie moderna, agora bem localizadas geográfica e temporalmente. Tudo isso sob o escrutínio democrático, transfigurado em *fetichismo moderno*, em *totem* a ser continuamente ameaçado pelas forças reacionárias, e transformado em pedra a ser carregada pelas forças ditas de esquerda, cada vez mais comprimidas às amarras institucionais.

Paulo Arantes, em seus inúmeros paralelos com as formulações da primeira geração de Frankfurt, também acusa e apresenta a tese de Adorno e Horkheimer sobre a inevitável retomada do processo totalizante que “ameaça se completar através de ditaduras e guerras” (ADORNO; HORKHEIMER 2006, p. 7). Em seu texto intitulado *Extinção*, Arantes apresenta o nosso tempo histórico do seguinte modo:

Hoje interessa novamente saber quem afinal decide sobre a exceção — e não é pedir pouca coisa —, se é verdade que o novo governo do mundo, na atual condição de caos sistêmico, se apresenta na forma de um estado de sítio generalizado. *O fato de já não sabermos mais se estamos em guerra ou em paz talvez seja a evidência mais tangível e abrangente dessa indistinção entre a exceção e a regra que é o híbrido extremo em que se cristaliza a atual escalada de uma dominação a céu aberto.* (ARANTES, 2007, p. 43, grifo do autor)

Nessa medida, de certa indistinção entre guerra e paz, é que a chamada *fratura brasileira do mundo* se apresenta como certo modelo de *sucesso*, do ponto de vista da dominação, obviamente. O tornar-se da guerra como um fenômeno total e cotidiano também expressa esse tempo histórico de crise inescapável do sistema produtor de mercadorias, no qual as *forças destrutivas* também se consolidam como grandes mecanismos de valorização fictícia para a continuidade cada vez mais bárbara de um sistema altamente destrutivo.

Seria, então, contemporânea a guerra pós-moderna, fragmentada, podemos supor, como as cadeias produtivas da acumulação dita flexível, desdobrando-se em conflitos descentralizados de baixa intensidade, regionalizados, terceirizados, por assim dizer, protagonizados por fatias de exércitos nacionais, mercenários, paramilitares etc., enfim, uma economia de guerra escorada por esquemas de financiamento heterodoxos e igualmente flexíveis. Nessas condições, segundo nos dizem, a guerra parece agravar as tendências econômicas que contribuíram para sua eclosão, gerando novas razões (geralmente as mesmas) para se continuar a guerra, de tal sorte que já não é possível distinguir a economia de guerra de economia de tempos de paz: vão se consolidando assim zonas formalmente em paz nas quais, todavia, grassam a violência e a criminalidade. (ARANTES, 2007, p. 50)

Como um todo, o conjunto das análises apresentadas assume a radicalidade da crítica como critério para a devida compreensão do tempo histórico em que não há horizontes de *progresso* a ser mediado pela ordem social capitalista. Se em um primeiro momento as formulações da primeira geração de frankfurtianos fora escanteada como uma mera *visão pessimista*, como desolação, com a eclosão da crise estrutural do sistema capitalista, inverteram-se, em certa medida, as posições. É hoje irrealista esperar ciclos econômicos virtuosos que possibilitem uma nova rodada de *modernizações* progressistas, com melhor e mais equilibradas participações das classes trabalhadoras no conjunto das riquezas sociais produzidas. Além do fato de que a própria qualidade das relações produzidas, por si só, minar tais expectativas.

Essa viragem, como vimos, fora captada e defendida tanto pelo grupo Krisis quanto por intelectuais brasileiros inspirados pelas formulações de Adorno, Horkheimer e Benjamin, como é o caso de Paulo Arantes, reposicionando a necessidade de uma crítica radical ao sistema produtor de mercadorias como único ponto possível tanto para sua devida compreensão quanto à sua necessária superação.

Conclusão

Percebemos, dentro do argumento de Adorno e Horkheimer sobre a tendência inexorável da lógica iluminista em se transformar no seu contrário, a saber, de uma luta contra um antigo regime entendido como irracionalista e bárbaro, transformar-se, uma vez estabelecido e desenvolvido, ela também em regime irracionalista e bárbaro, mas agora sob os auspícios da própria razão. O processo modernizador, produto autêntico desse projeto, fora compartilhado tanto pelos que imediatamente se beneficiavam desse contínuo desenvolvimento — como a burguesia — quanto por aqueles movimentos políticos que o contestavam. Por sua vez, estes últimos, ao longo do alvorecer e do crepúsculo deste mesmo desenvolvimento, tornaram-se paulatinamente agentes no processo de consolidação de uma administração total da existência humana, mesmo sob o capitalismo em crise estrutural.

Esse argumento, que fora secundarizado no momento singular da história capitalista, em que as classes trabalhadoras dos países centrais puderam partilhar de maiores frações das riquezas socialmente produzidas, retomou sua força explicativa (e



mesmo prática) com a crise estrutural do sistema. As formulações do grupo Krisis e de Paulo Arantes deixam entrever a continuidade com esse argumento inicial, no qual não há uma possibilidade de conciliação com as formas sociais (por mais aparentemente *progressistas* ou *modernas* que elas sejam) promovidas pela sociedade produtora de mercadorias. No limite, elas sempre tenderão a já apresentada integração total da ordem, mediada pelas suas formas políticas de destruição e controle.

A radicalidade do argumento frankfurtiano, cada vez mais, mostra-se heurísticamente verdadeira. As múltiplas formas políticas e sociais do capitalismo no começo do século XXI, a cada dia, mostram-se mais propensas às irracionalidades e barbaridades que apenas um modo de (re)produção da existência pautado na razão² poderia engendrar. As crises econômicas (de 2001, 2008 e 2020), cada vez mais, misturam-se e se entrelaçam com outras crises sociais e ambientais, frutos do ímpeto inexorável de racionalizar, controlar, quantificar e equalizar toda a existência. As guerras também se racionalizaram, e a razão por detrás da destruição continua um pilar fundamental de todo o desenvolvimento científico dessa sociedade produtora de mercadorias.

Referências

- ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- ARANTES, P. E. **Novo tempo do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- ARANTES, P. E. 1964, o ano que não terminou. In: TELES, E. E SAFATLE, V. **O que resta da ditadura no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 205-237.
- ARANTES, P. E. **Extinção**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- ARANTES, P. E. A fratura brasileira do mundo. In: ARANTES, P. E. **Zero à esquerda**. São Paulo: Conrad, 2004. p. 31-75.
- BARAN, P.; SWEEZY, P. **El capital monopolista**. Guatemala: Siglo Veintiuno, 1972.
- BENJAMIN, W. **Documentos de cultura: documentos de barbárie**. São Paulo: Cultrix, 1986.

² Também em decorrência do comentário do parecerista, cabe aqui uma nota. Há uma larga discussão sobre a distinção entre *racionalidade*, *Razão* e *razão instrumental*. Entretanto, na própria crítica ao Iluminismo realizada por Adorno e Horkheimer, não há diferenciação posta a um tipo de racionalidade benfazeja e outra malfazeja. Essa divisão entre uma boa e uma má racionalidade é já um recuo da crítica ao Iluminismo e uma tentativa de continuá-lo.



BENJAMIN, W. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. *In*: BENJAMIN, W. **Obras escolhidas**: magia e técnica, arte e política. 3. ed. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1985. p. 165-196. v. 1.

GAGO, V. **A razão neoliberal**. São Paulo: Editora Elefante, 2018.

KURZ, R. **A democracia devora seus filhos**. Rio de Janeiro: Consequência. 2020.

KURZ, R. **Dinheiro sem valor**. Portugal: Editora Antígona, 2014.

KURZ, R. **O colapso da modernização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LÖWY, M. **Walter Benjamin**: aviso de incêndio. São Paulo: Boitempo, 2005.

MANDEL, E. **A crise do capital**. São Paulo: Ensaio, 1990.

OLIVEIRA, Francisco de. A dominação globalizada: estrutura e dinâmica da dominação burguesa no Brasil. *In*: BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique. **Neoliberalismo y sectores dominantes**: tendencias globales y experiencias nacionales. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006. p. 265-291. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua/C08DeOliveira.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2023.

SCHOLZ, R. O valor é o homem. **Revista Exit!/obeco-online**. [1992]. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/rst1.htm>. Acesso em: 20 fev. 2023.

SCHWARZ, R. **As ideias fora do lugar**: ensaios selecionados. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

STREECK, W. **Tempo comprado**: a crise adiada do capitalismo democrático. São Paulo: Boitempo, 2018.

Recebido em: 16/02/2023.

Aceito em: 16/04/2023.

